

Em grandes casarões da vida rural açucareira ou cafeeira, depois da sala de almoço, ou sobre-varanda como se dizia, vinham a cozinha, a dispensa e outros depósitos, acomodação de escravos de serviços da casa ou do sobrado. Sobrado significava a casa sede do engenho ou fazenda (nunca em São Paulo se usou dizer "casa grande"). Nos sobrados acomodavam-se as mucamas, as mães das crianças e as escravas donzelas, enquanto os pajens dos moços da família, escravos de confiança encarregados de trabalhos especiais, acomodavam-se no rés-do-chão ou fora dos sobrados.

A vinda para o sobrado dos escravos que deixavam a senzala, representava alta promoção quando esta escravatura mudava sensivelmente de situação, livrando-se de rigores de feitor mais exigente e menos humano com os escravos, e obtendo melhor passadio, melhor tratamento e até carinho dos senhores e suas famílias, com os quais se entendiam até a amizade profunda e duradoura, por mais de uma geração de senhores. E todas as famílias tinham suas mães queridas, tratadas como parentes, carinhosamente, até o fim da vida, mesmo depois da libertação de treze de maio.

A um violeiro repentista não escapou a elevação do escravo que passava para o sobrado e, num ponteiro, saudou um pajem do senhor: "Parente de couve/ primo irmão de cará/ subiu pro sobrado/ virou generá".

Nos engenhos e fazendas adotou-se o costume de construir a casa principal numa encosta suave, dando ao primeiro lance, dois pisos sobrepostos de construção (dois andares), enquanto o segundo lance, com o aclive do terreno, tornava térreo o andar superior, dando mais comodidade para os serviços com a comunicação direta para fora.

O porão, ou primeiro piso do primeiro lance, usava-se para o cômodo dos escravos do sobrado, e não cremos que ali fossem prisões habituais de castigo de escravos, pois isso incomodaria a família do senhor. Se tais cômodos tinham grades nas janelas, era porque

os cômodos de escravos nunca as dispensavam. É tradição muito repetida que pessoas da família do senhor, em especial as do sexo feminino, não suportavam ouvir gemidos e clamores de escravos castigados.

A escravidão se impôs como recurso indispensável à produção em escala volumosa e teve a justificá-la, fatores que datam do primeiro século da vida brasileira. A metrópole portuguesa, assim como toda a Europa, era de pouca densidade populacional; não tinha braço trabalhador para exportar. Enviava para o Brasil pessoas de famílias qualificadas, filhos cadetes sem herança ou membros de ramos familiares empobrecidos, mas sempre capazes de conseguir recursos para a viagem de aventura a regiões desconhecidas. Então vinham pessoas em condições de ocupar cargos de serviço público, muitos com direitos hereditários a seus ocupantes, confiados na aventura para a formação de sua casa com cabedal no país que adolescía. Com casta dominante e sem braços para o trabalho, surgiu a escravidão que se instituíra na humanidade desde séculos, como tributo do vencido de guerra para com o vencedor. Já não estávamos nesses tempos, mas a necessidade de produção, procurando braços, não os encontrava em outro sistema. Índio e depois o africano, foram os caminhos.

O índio não podia ser escravizado, por disposição legal; mas encontrou-se a forma de burlar a lei: o índio passou a ser, em designação genérica, "gente forra" ou "peças" que se distribuía pelos quinhões de inventário de bens deixados por senhor falecido. Isto no século dezessete, quando em processos judiciais se encontram bens sob títulos de "Quinhão das peças que coube à Viúva", sem avaliação em padrão monetário, mas transmissível a herdeiros. O índio, segundo se afirma, era homem para grandes caminhadas; e as fazia por um dia inteiro sem descanso, portando pesadas cargas. Mas entrou o preto africano muito melhor para a enxada e sujeito a castigos corporais que a lei permitia.

Poucas são as indicações de existência da escravidão negra nos primeiros séculos, não se podendo atribuir ao africano as afirmativas de haver citações em inventários, de negros de serviços, quan-

do esta expressão designava o índio, fraudulentamente escravizado, citado e partilhado, como disse o viúvo de Suzana Dias, que "não possuía bens móveis nem de raiz" "e que tinha de seu um negro do gentio do Brasil" pelo que "mandou o juiz que fosse o dito negro servindo aos ditos órfãos e a seu pai, visto não ser cousa que se possa avaliar". Evidentemente, a expressão negro traz hoje a idéia de um negro africano e não de um indígena brasileiro, mas, no caso, é este que ela significava.

São Paulo foi das últimas capitânicas a receber, em volume, o braço escravo africano. Já passada a fase econômica das bandeiras e da mineração, já superados o ciclo da roça e do milho, e quando despontava a exportação para o reino, era o braço escravo preto o garantidor do trabalho. A riqueza mais se qualificava com o número de escravos possuídos, comprados em moeda corrente aos traficantes importadores ou comerciantes que os conduziam aos centros agrícolas. E o engenho de açúcar exigia o braço adquirido por compra, quando a terra pouco valia na aquisição das posses ou na gratuita obtenção das sesmarias que consolidava o direito imobiliário.

Em nosso trabalho "Campinas, seu Berço e Juventude", tratamos de autores que nos deram elementos para afirmar a bondade da maioria do senhor de escravos, para nós incontestável, conforme revelam: obras de viajantes estrangeiros; atos documentados da consideração e estima de senhores e seus filhos, pelo escravo; tradição oral de famílias que ainda viviam no primeiro quartel do século atual, mas contemporâneas da escravidão; testemunhos escritos e opiniões de conceituados e cultos pesquisadores.

Valha-nos a diplomática, a nós que, em função pública, por trinta anos nos adestramos obrigatoriamente na hermenêutica (diferença de nomes para um mesmo fim); valha-nos em problema dos mais controvertidos, especialmente pelo abandono de estudos serenos e desapassionados. Penetrar na vida do escravo, medir-lhe o sofrer e vislumbrar seus alívios, para o que não existe documentação própria, positiva, direta, irrecusável, não coube e não caberá a ninguém.

Daí, então, dizemos em nosso trabalho anterior que "não deixou de haver maus senhores e péssimos feitores; não deixou de ha-

ver castigos que hoje nos estarrecem pela sua barbárie; não se apaga a lembrança de suplícios com que se marcava um regime econômico do qual não podiam fugir os homens que se dedicavam à produção das maiores riquezas do país; o braço trabalhador era só o braço escravo".

Discordando da generalização de qualificar-se de má a totalidade dos senhores de escravos de Campinas, reproduzimos no citado trabalho, conclusões de vários e respeitáveis autores moderados, cientes da existência de senhores bons, incapazes de permitir excessos na correção dos faltosos e insubordinados. Citamos brasileiros e estrangeiros contemporâneos da escravidão, elementos idôneos, senhores ou filhos de senhores de escravo, como nós mesmos que convivemos com parentes velhos, escrínios de memórias e fatos familiares, testemunhas da familiaridade, de benignidade, em muitos casos e em muitos engenhos e fazendas, com que se tratavam os escravos.

Valendo-nos do testemunho de viajantes estrangeiros, citados, acolhidos, admirados por historiadores como fontes de boa observação e registro sobre o trato de escravos, e depois de relacionar estes viajantes estrangeiros que percorreram a capitania de São Paulo concluindo que aqui eram os escravos melhormente tratados que em outros países escravagistas, encontramos nestes viajantes escritores, uma comparação, fruto do que pesquisaram sobre o problema, no Brasil e em outros países que percorreram, neles encontrando maus tratos para escravos e, em nossa terra, melhores tratamentos. A comparação indica estudos nos dois campos, aprofundamento de observação, o que valoriza tais testemunhos.

Além de vários autores que se impõem pelo valor de seus trabalhos, de outros que citamos anteriormente, unânimes em classificar o senhor de escravos do Brasil como dos mais benignos, encontramos valiosos argumentos em favor do julgamento equânime do senhor de escravos, o que aflora de uma análise ponderada de processo de tentativa de rebelião em 1832 em Campinas, processo duas vezes publicado e que percorremos para nossas conclusões.

O preto, como ser humano, com todos os ideais e direitos de qualquer outra raça, tinha os mesmos anseios, sofria o mesmo trau-

ma de qualquer homem escravo, de qualquer cor que fosse, como houve, durante séculos, em toda a história humana. A liberdade, uma das mais preciosas prerrogativas do ser humano, ou antes, do ser vivente, pois mesmo os irracionais não se conformam em ser dela privados, justificaria plenamente qualquer movimento do escravo em seu favor, sem que houvesse necessidade de ser martirizado com torturas corporais. Estas verdades são bastantes para certificar que processo de tentativa de rebelião não é documento hábil para provar que todos os senhores de escravos de Campinas, eram bárbaros.

A rebelião teve por chefe intelectual e executivo um preto forro, livre de maus tratos e castigos, que visava arrecadar dinheiro e que, mesmo livre, sofria a desigualdade social. Suas orientações e conselhos eram trazidos para Campinas por um "escravo tropeiro", o que quer dizer, da confiança do senhor, livre de torturas também, muito relacionado com a escravatura, de nome "Maecelino Monjolo, tropeiro que trazia as insinuações da cidade" (cidade de São Paulo, quando única da província, era assim chamada simplesmente).

Em cada engenho, os pretos da rebelião tinham sua caixa com dinheiro, "para a qual concorria cada negro", o que confirma que lhes era concedida a faculdade de plantar para si, vender seus produtos, amearhar economias, como ainda vamos relembrar. E que entre os escravos, de uns para outros engenhos, comunicavam-se à noite, "em animais dos mesmos senhores", o que atesta ser pura fantasia a afirmativa de que os escravos eram, à noite, presos nos quadrados, quando, em verdade, eles se locomoviam livremente, fora das horas e dias de trabalho no eito.

As várias afirmativas no mesmo processo de que o chefe intelectual era o preto forro João Barbeiro, de São Paulo, continuam provando ser o projetado levante ocasionado pela justa aspiração de liberdade e equiparação com a população livre, aspiração da maior justiça. Mas também prova o processo que era necessário mentir à maioria dos escravos ocultando os propósitos de violência contra os senhores, "pois a muitos se dizia que era para os livrar de feitiços". Se a revolta fosse pela maldade dos senhores, porque necessitar da mentira como meio de obter dinheiro? Isto prova que muitos escravos

não concorreriam sabendo que se tratava de eliminar seus senhores.

Um característico curioso é o que ~~xx~~ testemunhou ser a conspiração tramada, em sua maior parte, por "escravos da nação monjolo e congo", circunscrevendo o espírito revolucionário a fatos especiais que o processo não revela. Generalizada, porém, é a afirmativa dos implicados sobre a liberdade de se reunirem à noite, de tramarem sem tropeços a rebelião, quando o réu Joaquim Mestre Ferreiro disse que almejavam a revolta "para bem de sua liberdade, assassinando brancos, e que para isso foi convidado por um moço branco de nome José Valentim de Melo, o qual dizia que esta intensão se achava tramada em São Paulo de comum acordo com os escravos desta, sendo que o dito moço branco dizia para ele réu, que depois de conseguirem seus intentos, havia entre os que fossem entrados repartir o dinheiro, e mais cabedais que achassem" !

Nenhuma queixa contra maus tratos, contra torturas ou excessos nos castigos, foi feita por qualquer dos réus, quando já se conheciam processos de casos isolados de algum senhor maldoso que, por isto, tinha sido réu na justiça pública. O escravo não suportava excessos de castigo corporal, havendo aqueles que não suportavam nenhum castigo corporal, como relatou Júlio Mariano, ~~xxxx~~ historiador idôneo, ~~xx~~ pela imprensa de 14 de maio de 1967, expondo um fato de escravo que se recusou a apanhar, chegando ao crime de morte contra feitor violento.

Do senhor deste escravo, relata o mesmo historiador, que "nao era mau senhor para os escravos. Tanto assim que pelas faltas leves dos negros que possuía, aceitava facilmente o apadrinhamento de qualquer dos fazendeiros vizinhos". Este apadrinhamento era ha-

bitual entre donos de escravatura, e encobria-lhes a tolerância desfavorável à disciplina, mas espontânea em seus corações.

Podemos ponderar, continuando a análise do processo, que Campinas, em 1828, tinha população de 7.684 habitantes, 3.365 livres e 4.319 escravos ~~1828~~. ~~XXXXXXXXXX~~ Dos livres, a menor parte habitava os engenhos. Campinas, então, tinha em atividade ^{Cerca de meia centena de} engenhos e fazendas de café. Seu destacamento policial era, apenas, de vinte soldados, o que justificava plenamente o receio que tinham os brancos de levante de escravos.

Diante da maioria negra, diante de uma possibilidade de levante da classe escrava que se locomovia livremente, se reunia, confabulava, e que dispunha de armas como diz um dos réus do processo, apontando "Miguel Monjolo do Alferes Teodoro Francisco de Andrade, este mandou fazer ferragens que indicam ofensivas na Ferraria do Capitão-mór Floriano do Engenho Atibaia, e que outros já mencionados cada um tinha sua zagalha" (Zagalha, zagaia, "arma de arremesso"; azagaia, "lança curta e arrojadica") ~~1828~~; diante de tal realidade, o próprio instinto de conservação e defesa do branco, o levaria a evitar revoltantes torturas contra o negro, já que pela força não o poderia conter.

Se Campinas tinha população negra superior à branca; se a população branca não poderia conter a fúria revoltosa da maioria negra; se o número de propriedades agrícolas era de ^{meia centena} e a população de 7.684, 3.365 livres e 4.319 escravos, não é possível concluir que a tentativa de sublevação de 1832, fosse originada pela maldade generalizada dos senhores, quando apenas em 14 engenhos e 33 escravos participavam da conjura. Injusto denegrir uma classe inteira com fatores compostos de pequena minoria.

A libertação dos escravos foi um fato econômico e social de imprevisíveis conseqüências; dependia mais do particular que deveria ter seguido exemplos daqueles que, na década de cinqüenta, criaram em suas fazendas as colônias de braço livre, como em Campinas o Visconde de Indaiatuba e seus seguidores. O Barão Geraldo de Resende apontado como escravocrata por alguns, mas realmente abolicionista, ~~1828~~ a 13 de maio não tinha em sua fazenda, Santa Genebra, nenhum escravo, mas colonos remunerados, entre os quais famílias escravas alforriadas que quiseram permanecer na fazenda.

O Barão opinava por uma libertação gradativa; e tinha razão. Mas ela não dependia só de leis, mas de realizações práticas como as que citamos. Disse bem o republicano Carlos Maximiliano, sobre o imperador Dom Pedro II:

"Nos dous fatos culminantes do seu reinado - a libertação dos escravos e a guerra do Paraguai, tornou-se evidente a influência direta e pessoal de Pedro II. Animado intensamente, se não inspirado por ele, o jurisconsulto Pimenta Bueno (mais tar-

de Marquês de São Vicente) elaborou em 1866 vários projetos tendentes a realizar a emancipação gradual dos escravos. Grangeou celebridade o conselho uniforme e insistente do soberano: "É preciso preparar essa reforma com prudência". Sobra-lhe razão. A filha, sedenta de popularidade, precipitou, em 1888, o desenlace da campanha abolicionista. Sobreveio crise pavorosa da lavoura (uma das vezes raras em que a exportação foi inferior à importação, durante um exercício financeiro) e as classes conservadoras abandonaram o trono, que um ano e meio depois ruía silenciosamente. Por outro lado os pretos, não preparados para a vida livre, definharam e, em sua maioria, acabaram desgraçadamente".

Se casos isolados somados têm valor probante, aos já enunciados em nosso trabalho anterior mais um, altamente significativo, pode ser rememorado: uma carta da viúva Maria Cândida Novais de Camargo, de novembro de 1887, para seu filho na Europa, conta que ela resolvera alforriar toda a escravaria de sua fazenda, prevendo que seria "alegre esse dia ver realizado o meu desejo desde quando eu tinha nove anos".

Uma menina de nove anos que passou sua existência almejando a extinção da escravatura, o que realizou em sua idade pro vecta por não permitirem antes as contingências da vida!

Mais fatos provam, à saciedade, que escravos tinham participação ativa na vida dos brancos, elevando-se pela cooperação que davam a seus senhores. A começar pelas tropas de condução de açúcar e café de Campinas para Santos, tropas muitas vezes conduzidas somente por escravos, cujo chefe recebia em Santos o dinheiro para compras de artigos a serem trazidos no retorno para Campinas, e de cuja movimentação alguns velhos assentamentos em livros de senhores de engenho de açúcar, ou fazendas de café, nos oferecem provas robustas.

Encontramos mesmo, escravos em relações com poderes municipais, acionando a Câmara, vencendo-a em pleito judicial, e reembolsando-se de custas, o que consta de mandado de juiz, de cobrança e pagamento destas custas, conforme documentação no arquivo municipal:

"Relação dos processos, em cujas custas foi condenado o Côfre do Município desta cidade, por este Juízo de Paz do 2º Distrito -

A Câmara para João Francisco de Jesus.....	3\$391
para Cândido José da Silva Serra, Capitão.....	3\$385
para o Tenente Antônio Benedito de Cerqueira Leite.....	3\$641
para Clemente Leite de Andrade.....	3\$367
para Serafim Gomes Moreira.....	3\$669
para Caetano José da Silva Costa Pessoa.....	8\$133

para Antônio Roiz de Carvalho.....	3\$677
para Joaquim da Silva Horta.....	3\$779
para Vicente Ferreira.....	2\$354
para Francisco Antônio d'Oliveira.....	4\$934
para o Preto Adriano por seu curador Sacramento Matos.....	4\$435
para Manuel da Cruz - Pracatu.....	7\$920
para Benedito Antônio da Silva.....	4\$415
para Felicíssimo Monteiro.....	4\$180
para os Pretos Francisco e José escravos de José da Cruz.....	8\$098
para Manuel Gomes da Graça.....	6\$039
para o mesmo Gomes.....	9\$906
	85\$130

Está conforme os Processos mencionados, que apresento - contados e assinados pelo Contador do Juízo.

Campinas, 3 de Julho de 1844

(a) Manuel Francisco Monteiro

Escrivão de Paz do 2º D.

Conferido

(a) L. Nogueira

(Pesquisa de José Nogueira Novais).

Debret, na iconografia que nos legou, oferece provas de atividade livre de escravos bem vestidos, encarregados de transportes e de comércio, ~~ou~~ ou fazendo seu próprio comércio, como provamos acima. Da tão frágil alegação de existência, em nosso país, de preconceito racial, que existe apenas na classe culta ex-escrava tornada preconceituosa, um exemplo sadio nos deixou o engenheiro Rebouças, em suas memórias, como relembra Wanderley de Pinho, em seu "Salões e Damas" 134:

"Além do que possui de pitoresco e informativo, revelam as notas de Rebouças o orgulho do homem de cor que sente num ambiente rico, distinto, aristocrático, desvanecer-se o desprezível preconceito de raça. Quando ele registrava as damas com que se honrava de dançar e o vis-a-vis que o escolhiam, era como se compusesse uma nota de propaganda contra a fátua futilidade dos que o tivessem na sociedade como um ente inferior só porque a natureza lhe pintara a pele com maior dose de pigmento. Mas também fixava para o futuro, para a história, para estas crônicas a lembrança desse nobre sentimento de igualdade democrática que a Princesa e seu marido faziam timbre em cultivar nos seus salões".

Hoje, o descendente de escravos que alcança posições mais altas, ao encontrar dificuldades comuns a todos os homens, de todas as raças, atribui, erradamente, os seus impecilhos, à sua cor, o que o faz um preconceituoso. No Brasil, como em todo o mundo, existem aqueles que antipatizam com pessoas de determinadas origens: não gostam de alemães; não gostam de italianos, de ingleses, de asiáticos, de africanos, etc., o que não é preconceito generalizado como querem alguns.